



## **DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: PENSANDO AS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

Alexandre Bortolini<sup>1</sup>  
Luan Carpes Barros Cassal<sup>2</sup>

A Universidade Federal do Rio de Janeiro notoriamente desenvolve diversas ações extensionistas, através da Pró-Reitoria de Extensão e de suas diferentes unidades, atingindo populações desde as comunidades do entorno até cidades do interior do estado, região litorânea e, em alguns casos, de todo o Brasil.

O Projeto Diversidade Sexual na Escola<sup>3</sup> foi desenvolvido em 2005, como parte de uma série de ações que visavam a troca de saberes e práticas, e a construção conjunta de conhecimentos com a Escola. O lançamento do Projeto ocorreu no Fórum Mundial de Educação de Nova Iguaçu, em 2006.

De lá para cá, foram realizadas diversas oficinas de sensibilização com relação à diversidade sexual, em escolas da rede pública municipal de ensino do Rio de Janeiro, organizações de educação comunitárias, instituições de formação de professores, além de atividades pontuais em eventos da Universidade, abrangendo a área metropolitana, a região serrana e a região litorânea do Rio de Janeiro. Ao todo 24 escolas foram sensibilizadas, compondo um total de 781 participantes, entre profissionais de educação, licenciandos e outros profissionais de atuação na área de direitos humanos, educação e saúde.

Em 2008, publicamos um material de orientação para educadores que trabalhasse a temática de Gênero, Sexualidade e Diversidade. O livro foi construído a partir de relatos recolhidos durante dois anos de contato do projeto com profissionais de educação, através das oficinas de sensibilização. Baseado nessas falas, questões, casos, o material intercala depoimentos de educadores e jovens com uma discussão conceitual. Gênero, sexualidade, orientações e identidades sexuais, homofobia, travestilidade e transexualidade, violência e exclusão, religião e ética são alguns dos temas trabalhados no livro. O objetivo foi produzir um material que provocasse uma reflexão consistente, que, por um lado, trabalhasse didaticamente conceitos fundamentais do campo

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenador do Projeto Diversidade Sexual na Escola, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Assistente de Coordenação do Projeto Diversidade Sexual na Escola, da UFRJ.

<sup>3</sup> Maiores informações disponíveis em: [www.papocabeca.me.ufrj.br/diversidade](http://www.papocabeca.me.ufrj.br/diversidade). Contato: [diversidadeppc@me.ufrj.br](mailto:diversidadeppc@me.ufrj.br)



da sexualidade e do gênero e, por outro, fizesse uma ponte direta desses conceitos com a realidade cotidiana da escola.

O material foi distribuído a todas as escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, além de escolas municipais, num total de 1.900 escolas e um público estimado de 20.000 pessoas atingidas diretamente.

Entre 2007 e 2009 foram realizadas quatro edições do curso *Identidades de Gênero e Diversidade Sexual na Escola*. Foi organizada uma equipe multidisciplinar formada por pesquisadores, profissionais e representantes de movimentos sociais. Ao todo 252 profissionais concluíram o curso, produzindo 120 propostas de ação a serem implementadas em seus contextos.

Além disso, o projeto desenvolveu outras ações específicas, como apresentações de teatro-fórum em escolas públicas e a produção de dois vídeos sobre homofobia e escola, desenvolvidos junto com jovens gays, lésbicas e bissexuais.

O objetivo deste artigo é, para além de relatar as experiências acumuladas ao longo destes quatro anos, refletir sobre a construção de atividades de educação permanente que possam ser potentes para a desconstrução de um ambiente de sexismo e homofobia nas escolas.

### *1. Sexualidade e Escola*

Segundo o filósofo Michel Foucault (2007), a sexualidade se torna objeto de estudo em meados do século XVIII, como parte das transformações nas relações de saber-poder do Ocidente. Uma aparente repressão, mas de fato uma série de produções de discursos e práticas sobre o sexo. A sexualidade é tomada como fundadora da identidade humana, e revela a verdade do sujeito, mais que qualquer coisa que ele diga sobre si próprio. Impõe-se a norma monogâmica, heterossexual e reprodutiva de relacionamentos. A esse sistema de saberes e poderes, Foucault nomeia “Dispositivo da Sexualidade”, que tem como efeito o controle de corpos, subjetividades e populações.

Nos anos 60 teve início um processo de aprofundamento das mudanças sociais com relação ao comportamento e à sexualidade. Os dois movimentos que mais contribuíram para essas transformações foram o movimento feminista e, mais tarde, os movimentos gay e lésbico (CASTRO, 2004, p. 31). Ainda hoje, vivemos um momento de transição, de transformações dos paradigmas de comportamento sexual e afetivo na nossa sociedade.

Como em todo momento de mudança, a realidade de hoje guarda várias contradições. Ao mesmo tempo em que vemos e convivemos cada dia mais com uma diversidade sexual cada vez mais rica e menos rotulada, se mantêm e até se reforçam atitudes preconceituosas, discriminatórias



e violentas de pessoas, grupos e instituições conservadoras. Esse embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão dos preconceitos se dá em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos. Na família, no círculo de amigos, na comunidade, no trabalho e, é claro, na Escola.

Uma pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo identifica um alto grau de intolerância contra homossexuais: Indagados sobre a existência ou não de preconceito contra as pessoas LGBT no Brasil, quase a totalidade da população responde afirmativamente: acreditam que existe preconceito contra travestis 93%, contra transexuais 91%, contra gays 92%, contra lésbicas 92% e, tão freqüente, mas um pouco menos intenso, 90% acham que no Brasil há preconceito contra bissexuais. Mas perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitem ter preconceito contra travestis, 28% contra transexuais, 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2009).

Apesar de um comportamento, recorrente nessa e em outras pesquisas, em que poucas pessoas se reconhecem preconceituosas, o percentual dos que assumem o preconceito contra o grupo LGBT é muito mais elevado do que os que assumem preconceito contra outros grupos socialmente discriminados.

Outra recente pesquisa, realizada pela Secad/MEC e FIPE/USP evidencia um ambiente escolar onde a homofobia e a misoginia estão fortemente presentes. A pesquisa aponta que há uma evidente relação entre os índices de discriminação no espaço escolar e o baixo desempenho de estudantes (FEA-USP, 2009).

Tudo isso deixa mais do que claro a necessidade de intervir positivamente nesses contextos, através de ações que trabalhem para a superação dessas desigualdades e para uma mudança cultural e ética. A diversidade, segundo o próprio discurso governamental expresso em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Programa Brasil Sem Homofobia, precisa ser encarada como recurso social para a transformação. Um instrumento, algo essencial para possibilitar o desenvolvimento humano. A Universidade Pública, além de um lócus de produção de conhecimento, é também uma instituição que deve interferir na realidade que a cerca e transpassa. Ela pode, e deve, usar a sua bagagem, estrutura e capacidade para promover ações extensionistas que contribuam para o desenvolvimento humano e social.



## 2. Metodologia do curso

O programa do curso tem como orientação teórica o construcionismo social, na perspectiva da sexualidade como construto a partir das relações entre diversas categorias sociais, culturais, políticas e históricas. O conceito de gênero é aqui trabalhado dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, não como uma série de atributos adicionados a um sexo biológico pretensamente pré-social ou pré-discursivo, nem numa lógica binária de oposição masculino e feminino, como se esses termos guardassem uma coerência interna em si. Não como identidade fixa, ou como uma essência, mas como performance, como algo que se faz e refaz, intera e reitera cotidianamente, num movimento de aliteração que lhe dá a impressão de substância, mas que de fato se constitui numa performance (BUTLER, 2003). A sexualidade é discutida considerando seus múltiplos atravessamentos – gênero, classe social, etnia, religião – bem como suas implicações – escolhas, violências, performances, desejos...

No campo pedagógico, temos como base a Educação Crítica, especialmente a partir das construções da educação popular e, mais recentemente, das discussões sobre interculturalismo e inclusão.

O curso foi organizado em uma sequência de oficinas de 3 horas de duração com militantes e pesquisadores de referência nas áreas de gênero, educação e diversidade sexual. A primeira edição do curso, em 2007, teve 40 horas de duração; no ano seguinte aumentamos para 60 horas em função da grande demanda de conteúdos teóricos e práticos e relatos de experiências. Criamos horários alternativos, que pudessem atender às necessidades de profissionais de diferentes municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, tínhamos turmas acontecendo aos sábados, e outras durante a semana no horário noturno.

No final do processo, os cursistas elaboravam um projeto de ação (individual ou em duplas) baseado nos conhecimentos e experiências desenvolvidos; uma proposta de aplicação possível para a realidade de sua instituição de origem. Como resultado das edições 2007, 2008 e 2009 do curso, foram construídos cerca de 150 projetos de intervenção.

Ao final da edição do curso de 2009, a equipe do curso realizou um levantamento de todos os projetos de ação realizados. A primeira etapa foi uma avaliação quantitativa da caracterização e justificativa das propostas. Em seguida, realizamos contato telefônico com cada um dos cursistas para conhecer os maiores avanços e dificuldades na realização do projeto de ação.

Foi identificado que apenas cerca de 50% dos projetos foram implementados e, em grande parte, só parcialmente, especialmente propostas que previam atividades didáticas específicas com



estudantes. Como maiores dificuldades, observamos a descontinuidade de profissionais em instituições, seja por vínculos precários e/ou transferências que impediam a realização de um trabalho prolongado, bem como resistências do corpo docente e gestor da Unidade Escolar. Ao sair do curso, o trabalho se tornava solitário.

### 3. *Novas apostas*

A partir dessas experiências, propomos uma mudança metodológica para 2010, em que as atividades de intervenção aconteçam durante o curso, contando com o suporte técnico e político. Os conteúdos teóricos são trabalhados por professores convidados, e as atividades práticas, de sensibilização e troca de experiências conduzidas por professores fixos durante todo o curso.

A avaliação se torna processual, para acompanhar a reflexão continuada dos participantes. Toda a semana, os cursistas são orientados a desenvolverem atividades de pesquisa-intervenção<sup>4</sup>; a experiência é registrada em um diário de campo (ou de bordo) individual, e discutida com toda a turma. Assim, pudemos colocar em análise as dificuldades pontuais de cada contexto e as normas sócio-históricas sobre corpo, gênero, sexualidade e violência. A aprendizagem se dá em ato, com as experiências no espaço escolar.

Cada um, a sua maneira, construiu atividades de investigação e intervenção de sua realidade escolar. O diário materializa o processo de transformação vivido ao longo do curso. Entendemos que a experiência do curso possibilita outro olhar para as tensões que emergem na escola sobre sexualidade e gênero.

Pudemos observar a importância das intervenções ao longo do curso, para o professor promover discussões sobre sexualidade, gênero, diversidade, inclusão e violência com um suporte maior. Os cursistas, em um processo ativo de construção do conhecimento, trocaram dinâmicas, idéias, propostas. A produção não era homogênea; pelo contrário, percorria diferentes linhas, porque não há um único conceito de sexo ou gênero que dê conta da complexidade das relações humanas. São muitas compreensões; o que nos interessa é colocar em análise conceitos naturalizados sobre corpo, sexualidade, gênero, família, violência, inclusão, disciplinaridade.

O Projeto Diversidade Sexual na Escola oferece ainda oficinas de sensibilização, apresentações de teatro-fórum e exibições de curtas-metragens com debate para escolas, com prioridade para aquelas em que há profissionais cursistas. O objetivo é sensibilizar toda a

---

<sup>4</sup> De acordo com Passos, Kastrup e Escóssia (2009), toda atividade de produção de conhecimento é também intervenção, porque o pesquisador não tem como estar neutro nas relações de saber e poder estabelecidas em qualquer espaço.



comunidade escolar, para potencializar o trabalho de multiplicação daqueles que participaram do curso. Somos convidados para começar o debate, mas deve ser sustentado por aquele coletivo. As tensões sobre diversidade sexual na escola não acabam com uma atividade pontual nem mesmo a formação dos profissionais. Envolve um trabalho continuado.

Assim, é fundamental trabalharmos em rede. Não à toa, uma das atividades de intervenção dos educadores foi a identificação de possíveis parcerias para o desenvolvimento de ações em diversidade sexual, gênero, inclusão e enfrentamento à violência. Os cursistas são incentivados a construir redes interinstitucionais e intersetoriais com os órgãos de gestão em educação, unidades e programas de saúde, dispositivos da assistência social, organizações não-governamentais e movimentos sociais. Discutir diversidade sexual e gênero na escola, na perspectiva dos direitos humanos é transversalizar as ações; trazer todos para a escola, para discussão e construção de novos caminhos. Certamente, não é um trabalho fácil; estes encontros produzem tensões e disputas. Mas é exatamente por isso que são potentes, na reinvenção dos modos instituídos de ordenamento e silenciamento da sexualidade já apontados por Foucault (2007).

#### *4. Escola: espaço em transformação*

A escola não é nem de longe mero reflexo das políticas governamentais. Ali se encontram e se articulam diferentes sujeitos, diferentes culturas, perspectivas. Se entendermos a escola como um espaço permeado por relações, especialmente relações de poder, talvez possamos compreender melhor como ela vem se transformando, no que diz respeito a questões ligadas à gênero e sexualidade.

As políticas públicas são um dos elementos que se articulam na rede cotidiana da escola. Junto com ela se misturam questões relacionadas à comunidade onde a escola está inserida; as culturas que os sujeitos trazem para dentro dessa escola e a própria conformação da cultura escolar que vai ali se construindo; aspectos religiosos, trazidos pela comunidade ou por movimentos organizados; movimentos sociais que demandam, criticam, invadem a escola; e diferentes sujeitos, que articulam suas trajetórias construindo as relações de poder que conformam esse ambiente.

Pelo trabalho direto com as escolas nós podemos perceber uma mudança significativa de postura de estudantes que se identificam como LGBT nos últimos anos. Se antes esses estudantes eram simplesmente invisíveis, se passavam toda a sua trajetória escolar dentro de armários (mesmo que de vidro), hoje esses/as jovens estão assumindo suas identidades e enfrentando a escola, professores/as, diretores/as e colegas pelos seus direitos. Todas as escolas que solicitaram a



realização de uma oficina do projeto fizeram isso a partir de alguma situação, não só de homofobia, mas, em especial, de enfrentamento. Ou seja, um grande fator mobilizador dessas escolas têm sido não só a violência explícita contra estudantes LGBT, mas a postura combativa desses e dessas jovens diante de um contexto escolar homofóbico. Para além das políticas públicas, dos programas e projetos, esses/as jovens merecem o crédito por grande parte do movimento de transformação das escolas.

Mas, como em todo momento de mudança, a realidade de hoje guarda várias contradições. Ao mesmo tempo em que vemos e convivemos cada dia mais com uma diversidade sexual cada vez mais rica e menos rotulada, se mantêm e até se reforçam atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas de pessoas, grupos e instituições conservadoras.

Esse embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão dos preconceitos se dá em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos. Na família, no círculo de amigos, na comunidade, no trabalho e, é claro, na Escola.

Essas experiências nos fizeram pensar sobre as possibilidades e os limites desse diálogo. Até onde podemos construir relações dialógicas, que em algum momento convirjam para uma transformação? Ao mesmo tempo, quais os limites dessa relação? Em que momento o diálogo deixa de ser possível e passamos, de fato, a um enfrentamento?

Quem leva uma discussão dessas, seja via um projeto ou alguma outra forma de atividade, por mais que se coloque disposto ao diálogo, carrega em si um determinado objetivo, tem um compromisso ético e ideológico pela transformação de uma realidade.

Estabelecemos, de fato, margens de tolerância (de ambos os lados) para que alguns momentos de troca e construção conjunta sejam possíveis. Mas existem limites nesse processo. E é importante ter clareza desses limites, sob pena de cairmos num discurso vago, até mesmo hipócrita, em que cada lado polidamente se suporta, se releva e não constrói, de fato, nenhuma relação de troca.

Democracia, afinal, não é a política do consenso. Pelo contrário. É essencialmente espaço de contradição e conflito. Em geral, trabalhamos para que esse conflito possa resultar numa construção coletiva, onde fique marcada a maior diversidade de visões possível, numa convergência produtiva. Mas em alguns momentos, o que haverá é, de fato, uma disputa pela hegemonia, entre visões por demais antagônicas para construírem qualquer possibilidade de síntese.



### *5. Identidades em transformação: para além do LGBT*

A política pública hoje no campo da diversidade sexual e grande parte das ações de intervenção na escola têm como base as identidades assim estabelecidas – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Algumas políticas no campo da saúde trabalham com HSH e MSM, especialmente quando pensam profissionais do sexo. Mas será que essas identidades dão conta de toda a diversidade que encontramos hoje na escola – e na sociedade como um todo? Será que podemos trabalhar na perspectiva de que todos os não-heterossexuais podem se encaixar nessas cinco ou seis opções identitárias previamente oferecidas? O que significa então dizer que trabalhamos para promover os sujeitos LGBT? E se essa juventude – cada vez mais – não se reconhecer nessas identidades? Não seria limitador trabalhar numa perspectiva LGBT? Não seria mais interessante trabalharmos na lógica da diversidade? De uma diversidade que engloba inclusive os heterossexuais?

Se trabalhamos numa perspectiva pós-estruturalista, numa percepção da sexualidade como constructo, e mais, do gênero como performance (BUTLER), não podemos trabalhar com identidades cristalizadas. Pelo contrário, precisamos ser capazes de desenvolver essas ações justamente num ambiente de sexualidades em transformação, de identidades que se constroem e reconstroem, de sujeitos que agem de diferentes maneiras dentro da rede de relações de poder que são as relações de gênero.

Nesse sentido, o campo de trabalho, antes de tudo, se transforma num campo de aprendizado. E é nessa práxis, do trabalho, do aprendizado, da reflexão e de um novo trabalho, que podemos desenvolver ações que efetivamente dialoguem com a realidade, realidade em transformação.

### *6. Sexismo e Homofobia: para além das dicotomias*

Durante uma oficina na escola, depois de discutirmos as situações de opressão que gays e lésbicas sofrem, uma professora me disse: “Nossa, como deve ser difícil viver fora da norma, não?” Então eu lhe respondi com uma pergunta: “E o quanto é difícil viver DENTRO da norma?” Como deve ser difícil ser uma mulher que tem que ser magra, bonita, sempre jovem, sempre carinhosa, que tem que controlar a expressão da sua sexualidade e do seu desejo, que tem que desejar ser mãe, que tem que amar os seus filhos mais que tudo, que tem no casamento e na maternidade as razões fundamentais da sua vida. Como deve ser difícil ser homem e não poder expressar os seus





sentimentos, não poder sentir prazer em todo o seu corpo, ter que desenvolver um grande desempenho sexual, ter que ganhar dinheiro para si e para toda uma família, ter de bancar a sua masculinidade cotidianamente, nem que isso signifique ter que brigar na rua todos os dias.

As relações de gênero, como relações de poder que são, afetam a todas as pessoas. O modelo hegemônico de masculinidade e de feminilidade, em todos os seus detalhes, pode produzir angústia e sofrimento em todos os sujeitos, homossexuais, heterossexuais, homens, mulheres e em qualquer outro que se vivencie a sua sexualidade ou identidade de gênero de maneiras outras. Precisamos expandir o nosso discurso não só para o combate à discriminação vivenciada por LGBTs na escola, mas para a defesa de uma subversão de paradigmas de gênero que provocam sofrimento em todos e todas.

### *REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS*

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacional: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Temas Transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Termo de Referência: Instruções Para Apresentação e Seleção de Projetos de Capacitação/Formação de Profissionais da Educação Para a Cidadania e a Diversidade Sexual. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. A travesti e o educador. Cartilha informativa. Brasília, 2006.

BUTLER, J. **Problema de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, S.; RAMOS, S. Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY M.; SILVA, L. B. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**: Intolerância e respeito às diferenças sexuais. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/node/5392>>. Acessado em: 04/06/2009.



FEA-USP. **Painel - Pesquisa mostra que preconceito na escola existe e prejudica rendimento.** Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/noticias.php?i=268>>. Acessado em: 10/11/2009

FOUCAULT, M. **Historia da Sexualidade I: A vontade de saber.** Petrópolis: Vozes, 2007.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

PASSOS, E., KASTRUP, V., & ESCÓSSIA, L. (Org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.